

INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI

MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO

Recurso

re /97

BANCO — CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL - EMPRESA - FIADOR - NOME EM CADASTRO NEGATIVO DE CRÉDITO

EMENTA

Excelentíssimo Senhor Doutor Vara Cível da Comarca de , pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº , com sede na Rodovia Br., Km, na cidade de e, brasileiro, casado, industrial, CPF nº, Sra....., brasileira, casada, industrial, CPF nº, ambos domiciliados na Rua,, nesta Capital e Sr., brasileiro, casado, industrial, CPF nº....., residente e domiciliado à rua, nº, na cidade de, por seu advogado adiante assinado (instrumento procuratório em anexo), com escritório profissional com sede na Rua Al., nº, CEP - nº, nesta Capital, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência com fulcro nos artigos 796 e sgts. do Código de Processo Civil propor a presente MEDIDA CAUTELAR INOMINADA em face de S/A, sociedade de economia mista, integrante da Administração Pública Federal Indireta, com sede em -, com Agência em -, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº....., pelos motivos de fato e razões de direito, a seguir expostas, para ao final requerer DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO CAUTELAR Os requerentes, na qualidade de avalistas e fiadores viram seus nomes inscritos nos Serviços de Proteção de Crédito. Os requerentes já ingressaram com Ação Revisional de Contrato, buscando revisar contratos, com pedidos de nulidade, quitação e restituição do indébito, que tramita na comarca de A empresa requerente exerce atividade empresarial no ramo de embalagens, sendo correntista da ora requerida, S/A, celebrou através de conta vinculada, vários contratos com as seguintes Cédulas de Crédito Industrial : Prefixo nº Data Valor Inobstante, os débitos que já somavam quantia razoável para a requerente solve r, essa foi surpreendida diante da tamanha proporção que a dívida tomou, sendo impossibilitada totalmente de saldá-la, como pode-se perceber diante do quadro abaixo : Data da celebração dos contratos Valor anterior das cédulas de crédito Valor atualizado Como pode-se observar diante da enormidade dos reajustes engendrados nas Cédulas de Crédito, sendo tais reajustes totalmente irregulares o que será comprovado em oportunidade posterior, alteram-se brutalmente as condições contratuais originárias, tornando a obrigação extremamente onerosa. Porém, apesar de todas as mazelas sofridas pela Requerente, que sofre como todos com a crise econômica - financeira que assola nosso país, fruto da política notoriamente equivocada de aumento indiscriminado das taxas de juros bancários, que impede o desenvolvimento sadio do país, tendo muitas das vezes as empresas em perceber quantias quase ínfimas de lucro, assim mesmo, na tentativa de amenizar um pouco a situação, a mesma continuou de uma maneira ou de outra solvendo a todo custo as obrigações assumidas, como poderá ver devidamente comprovado, mas é praticamente impossível qualquer ação diante da excessiva abusividade da Requerida, que ávida pelo lucro, efetuou cobrança totalmente irregular, o que resultou na inexibilidade e iliquidez das Cédulas de Crédito Industrial. Como se não bastasse a conjuntura dos fatos a requerente foi surpreendida com a restrição feita direito ao crédito de sócios da empresa, como denota-se da documentação em anexo, proveniente de ato perpetrado pela requerida. Destarte, tal restrição se mostra estampadamente injusta e antijurídica, fazendo-se mister a busca do restabelecimento do direito do ora requerente, através da situação jurídica proporcionada pelo instituto da medida cautelar, prevista nos artigos 796 e sgts do Código de Processo Civil. A busca pelo pleito cautelar é de fazer valer o direito dos requerentes, de não ser incluído seus nomes em cadastro de maus pagadores, em virtude de Contrato celebrado com a requerida, de maneira que tal restrição é patente e injusta, posto que além de inviabilizar o

crédito da empresa perante seus fornecedores, também cerceia os créditos pessoais de todos os sócios da requerente. Destarte, que a restrição ao crédito fere os mais comezinhos princípios que norteiam o moderno entendimento jurisprudencial, assentados nos inúmeros julgados de nossos Pretórios Excelsos. Não bastasse isto, há que ser objeto de relevância e meditação, a moderna teoria do abuso no exercício de direitos, qual se funda na atitude do titular